

DESENCONTROS DA ATUAÇÃO DO ESTADO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO CAMPO E DA CIDADE*

Eraldo da Silva RAMOS FILHO**

Linha de Pesquisa: Espaço Rural e Movimentos Sociais

Nível: Doutorado

As últimas décadas têm sido marcadas por mudanças nas relações societárias, determinadas pela atual fase de desenvolvimento do sistema capitalista.

Tais relações inserem-se no contexto da globalização multidimensional (social, política, econômica, cultural, etc.) e sua peculiar base técnica sustentada na terceira revolução industrial (informática, automação, telemática, robótica, química fina e biotecnologia).

Com o fim do conflito Leste-Oeste e a conseqüente hegemonização deste modo de produção, uma realidade sombria tem se apresentado como: o aumento do desequilíbrio entre os países ricos e pobres, um aprofundamento entre a divisão internacional do trabalho; intensificação dos fluxos migratórios do Sul para o Norte; exacerbação dos nacionalismos, xenofobia, racismos e fundamentalismos, degradação alarmante do meio ambiente; proliferação/extensão do desemprego estrutural, fome e miséria, extensão de intervenções militares externas em diferentes partes do globo.

* Texto elaborado em função da prova de Conhecimentos em Geografia do processo de seleção do Programa de Pós-Graduação em Geografia, nível doutorado, da FCT/UNESP, em junho de 2004.

** Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, Professor Assistente Colégio de Aplicação (CODAP) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP). Correio eletrônico: eramostilho@gmail.com.

Diante desse cenário, estimulados pela necessidade de análise, compreensão e explicação dessas realidades, o conhecimento científico busca reformular-se, e, em particular as ciências humanas.

Neste contexto, insere-se a Geografia que assiste ao seu principal objeto de estudo, o espaço, reformular-se. O tempo e o espaço tornam-se relativos. O espaço torna-se fluido, o tempo simultâneo e espontâneo. Diferentes estudiosos ressaltam a compressão espaço-tempo. Milton Santos cunha o conceito de meio técnico-científico-informacional.

Assim, evidencia-se a atualidade da análise, reflexão e discussão dos dilemas que envolvem a produção do espaço geográfico brasileiro, de modo a contribuir com a construção da cidadania em nosso país.

Observar as figuras propostas que simbolizam o processo histórico de humanização da natureza e construção do que é hoje o Largo da Carioca, na porção central da cidade do Rio de Janeiro, leva-nos a refletir sobre o processo de construção de relações indissociáveis entre o campo e a cidade no Brasil.

O primeiro diz respeito ao meio natural, período correspondente à fase inicial da ocupação onde predominava a escassez de instrumentos técnicos artificializados, a não ser a força muscular humana, capazes de subverterem o tempo da natureza e atender aos interesses de acumulação do homem.

É no meio técnico que vamos perceber significativa alteração do ambiente natural, tendo em vista os interesses da acumulação capitalista em sua fase mercantil.

O meio técnico se estrutura inicialmente com base na organização econômica em arquipélagos, ou seja, cada área do país de acordo com sua potencialidade natural especializa-se na produção de um ou dois produtos primários, voltados para atender aos interesses do pujante mercado europeu. O comando das atividades produtivas era externo ao país, assim como, as técnicas, os preços e os ajustes com o capital externo (BECKER; EGLER).

Destaca-se primeiramente a área da monocultura da cana-de-açúcar no litoral oriental, o centro minerador, a Amazônia das

“drogas do sertão” e posteriormente da borracha, o sertão da pecuária e do algodão, o Sul do café.

Como a produção não circulava internamente entre as diferentes áreas, materializava-se o isolamento destas, fundamentando a denominação arquipélago.

Inaugura-se a ocupação do espaço brasileiro com base na monocultura, na grande propriedade objetivando a reprodução primitiva do capital, utilizando-se de relações de produção não-capitalistas, seja com a escravidão que estimulava um outro setor mercantil, seja com a parceria estabelecida entre os vaqueiros do sertão. “Opta-se” por uma inserção do Brasil na economia-mundo (ANDRADE).

O século XIX traz consigo as alterações técnicas da Revolução Industrial e introduz no Brasil imperial as demandas da expansão imperialista européia. A exportação de café, atividade em destaque no momento, ao mesmo tempo em que gera o acúmulo de riqueza no sudeste (em particular no Estado de São Paulo) cria as condições materiais, econômicas, políticas para motorização do meio, para a substituição das relações escravocratas pelo trabalho assalariado, com vistas à formação de um mercado consumidor fundamental às necessidades dessa fase do capital.

Porém, antes da libertação dos escravos, buscou-se a interdição do acesso desta nova classe social mais pauperizada do que livre, mediante a promulgação da Lei de Terras em 1850.

Garante-se, portanto, a liberação das terras para uma elite capitalizada e cria-se uma reserva de força de trabalho, que sem acesso à terra teria poucas opções: submeter-se às relações de dominação no campo; pleitear trabalho assalariado na cidade; ou organizar-se coletivamente para continuar no campo e na terra.

O fim do século XIX e início do século XX foi marcado pela implantação das primeiras indústrias no país, da infra-estrutura urbana, extensão da rede de transportes sobretudo ferroviária, mediante investimentos externos e com o objetivo de garantir a produção e circulação do café.

Altera-se o centro-político do Nordeste açucareiro para o Sudeste cafeeiro. Concentra-se a riqueza nesta região e forjam-se as bases necessárias para a estruturação das relações espaciais centro-periferia.

O meio técnico-científico-informacional, iniciado por volta do pós-guerra e estendido aos dias atuais, herdou dos períodos anteriores um espaço geográfico em articulação e preenchido de contradições espaciais e sociais.

O Estado brasileiro do pós-guerra opta pela continuidade da inserção subalternizada do país no capitalismo, agora em sua fase monopolista.

Primeiramente criam-se as indústrias de base como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), inicia-se a implantação de infra-estrutura necessária à industrialização (estradas, hidrelétricas, comunicações, etc.) e firma-se o pacto do Estado com o capital transnacional representado pelas automobilísticas.

Com os governos militares a tese do Estado forte e da segurança nacional ganha força e determina o conjunto de relações (opressivas/repressivas) junto à sociedade. Sem dúvida este é um período de expressivo crescimento do país mas, não de desenvolvimento, tendo em vista que o crescimento da economia não é acompanhado de maior autonomia frente ao capital internacional e melhoria da qualidade de vida da população.

Na base do desenvolvimento estava o endividamento externo do país e suas regras autofágicas, tendo em vista a exigência da promoção de mudanças políticas, econômicas e sociais que atendem aos interesses do capital em detrimento da população.

Neste aspecto podemos exemplificar o modelo do campo brasileiro e as políticas de ocupação da fronteira agrícola. Este conjunto de atividades buscou, mediante concessão de créditos pelo Estado, promover a ocupação do espaço rural com base na grande propriedade monocultora voltada para a exportação com vistas à geração de divisas indispensáveis para o pagamento dos serviços da dívida externa.

Ao mesmo tempo em que os créditos proporcionavam a ocupação urbana, com a formulação do mercado consumidor cativo de máquinas, implementos agrícolas, fertilizantes, agrotóxicos, etc. do ponto de vista econômico o Estado ampliava a dívida e tornava-se refém da mesma.

Do ponto de vista social expropria-se os camponeses e os indígenas. Promove a exclusão e impõe a miserabilidade a parcelas crescentes e significativas da população brasileira. Seja pela expulsão da terra, seja pela socialização do desemprego estrutural no campo e na cidade.

Este crescente contingente excluído tende de um lado ao êxodo rural, resultando na pressão demográfica e agravamento das condições de sustentabilidade multidimensional da cidade, gerando problemas como a fragmentação sócio-político-espacial proposta por Marcelo Lopes de Souza.

Por outro lado, parte dos expropriados subordinam-se ao assalariamento (temporário muitos dos casos) e submetem-se a migrações infundáveis condicionadas pelo calendário de colheitas no país.

A outra parte dos sujeitos sociais organiza-se em movimentos sociais reivindicatórios por reforma agrária, e, assim buscam além da justiça alterar a ordem política vigente no país há séculos.

Portanto, advogamos a atualidade da reforma agrária brasileira para que possamos avançar na construção de um país mais cidadão, conforme sinalizado por inúmeros pesquisadores brasileiros a exemplo de Manuel Correia de Andrade, Josué de Castro dentre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, Recife: IPESPE, 1995.

_____. *A terra e o homem no Nordeste*: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

- BECKER, B. K.; EGLER, C. A.G. **Brasil:** numa potência regional na economia mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- CASTRO, J. **Geografia da fome:** o dilema brasileiro – pão ou aço. 14 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **A urbanização brasileira.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. ; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SOUZA, M. L. de. **O desafio metropolitano:** um estudo sobre a problemática sócio-espacial na metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.